



REQUERIMENTO



PERGUNTA

Número **315/XI (2 .ª)**

Expeça-se

Publique-se

16/03/2011

Q Secretária da Mesa

MCC

Assunto: Financiamento do ensino da música

Destinatário: Ministério da Educação

*Foi determinada de S.S. D. P. A. R. e
Sra. Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.03.16

[Handwritten signature]

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reuniu com a direcção de algumas das escolas de música que denunciaram publicamente a comunicação telefónica da DREN informando do não cumprimento por parte do Ministério da Educação dos contratos patrocínio assinados com estas escolas e que garantem o ensino da música. Este contacto telefónico foi posteriormente tanto confirmado como contrariado em comunicações posteriores, vivendo-se neste momento um insustentável quadro de incerteza.

A situação seria caricata, não fosse grave. A reforma do ensino artístico lançada 2008, sob a tutela de Maria de Lurdes Rodrigues, propunha-se a democratizar o acesso ao ensino artístico especializado, caracterizando as actuais escolas públicas de ensino artístico, a rede de conservatórios, como desadequadas, elitistas e fechadas rejeitando em particular o debate que foi suscitado pelas posições e pelas críticas assumidas por várias escolas de ensino especializado da música, bem como por pais e alunos dessa mesmas escolas.

O Ministério da Educação afirmou, por diversas vezes, não querer destruir o ensino especializado da música. De facto, e como alertaram pais, professores e alunos, o anunciado fim do regime supletivo (forma maioritária de frequência do ensino especializado da música) conduziria a que muitas das modalidades de formação de músicos profissionais se tornassem impraticáveis.

O Bloco de Esquerda sempre contestou esta reforma e defendeu a opção pelo reforço do ensino da música na Escola Pública, alertando para os riscos de destruição da única área do ensino artístico, o ensino da música, minimamente implantado em Portugal. Segundo documentos da Agência Nacional para a Qualificação, IP, tornados públicos ainda em 2008, o governo propunha por um lado restringir a oferta pública, impossibilitando o ingresso de alunos fora da idade escolar e, por outro lado, criar "condições para que as escolas privadas venham, através de contratos de patrocínio ou de associação, a suprir as carências da oferta do ensino da música e da dança, na região onde estão

inseridas”.

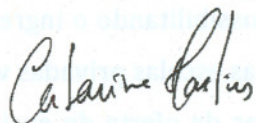
Sucede agora que, na sequência da estagnação da oferta pública de ensino artístico e sabendo também que a rede de conservatórios públicos está longe de cobrir todo o país, o governo decidiu agora rasgar os contratos já fechados com a rede privada de Escolas e Conservatórios do Ensino Especializado da Música, colocando definitivamente em risco o ensino da música no nosso país.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes questões:

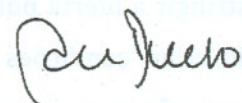
1. De que maneira propõe a Sra. Ministra cumprir as promessas de democratização no acesso ao ensino artístico especializado na actual legislatura?
2. Tem a Sra. Ministra conhecimento das propostas telefónicas para que as escolas se candidatem ao POPH?
3. Pretende a Sra. Ministra extinguir o Contrato de Patrocínio com o Ensino Vocacional e Especializado da Música nas suas diversas modalidades?
4. Tem a Sra. Ministra conhecimento de que a maioria das associações que formam a rede de escolas privadas de ensino especializado de música funciona sem margem orçamental para se adaptarem a alterações abruptas do seu principal meio de financiamento?
5. Tendo em conta que o processo de candidatura e decisão ao POPH obriga a um esforço financeiro suplementar devido ao tempo de decisão prolongado deste programa tem a Sra. Ministra consciência que a quebra abrupta do financiamento vai obrigar ao encerramento de várias escolas e conservatórios?
6. Tendo em conta que o POPH é um programa se destina à qualificação da população activa, considera o Governo que o ensino da música é formação profissional? Estará, na perspectiva do Governo, uma criança de 10 anos que estuda música em processo de formação profissional?
7. Tendo em conta que o POPH é um programa financiado por fundos europeus considera a Sra. Ministra esta situação sustentável além do quadro orçamental europeu de 2007-2013?

Palácio de São Bento, 14 de Março de 2011.

As Deputadas



Catarina Martins



Ana Drago